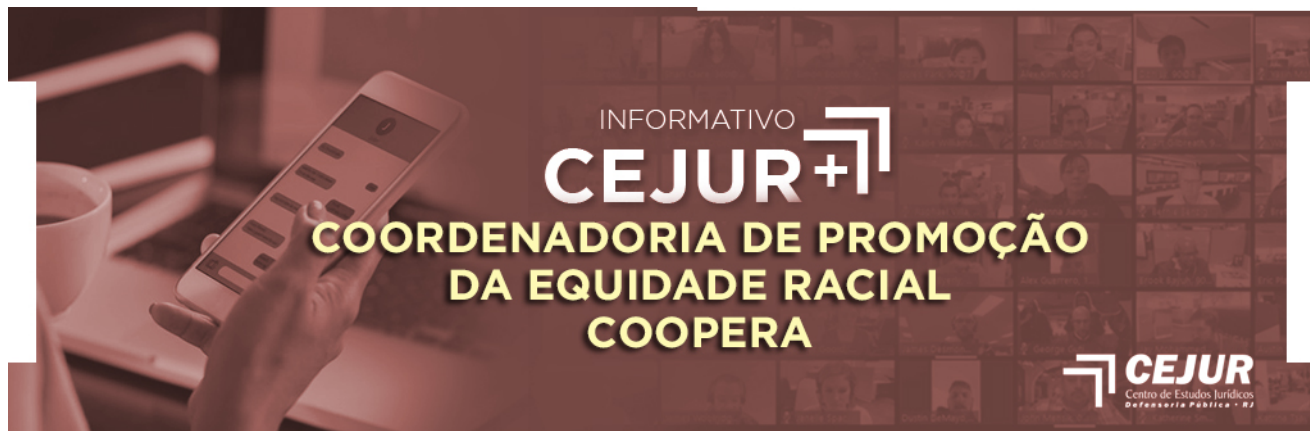


Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)

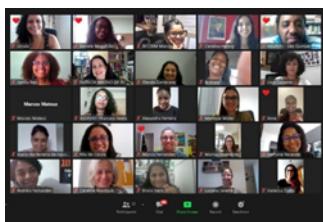


Ano I | Nº. 20 | Quarta-feira, 23 de março de 2022

Olá! O Informativo de hoje é fruto de uma colaboração do Cejur com a Coordenadoria de Promoção da Equidade Racial, que apresenta rico material sobre suas atividades e sobre as matérias que lhe dizem respeito. Para repercutir este informativo, haverá na próxima quarta-feira, às 10h, como tem acontecido sempre, Encontro Temático com a COOPERA, que terá participação especial do Núcleo de Terras e Habitação, abordando o tema do racismo ambiental e será transmitido pelo canal do Youtube da DPRJ. Uma boa leitura para todas e todos.

INTERNAS

GT COOPERA inaugura o ano de 2022 com a Oficina “Diálogos Raciais Autênticos”



No dia 11/02/2022 ocorreu o evento inaugural de 2022 do GT COOPERA. Foi promovida a Oficina “Diálogos Raciais Autênticos” com a Psicóloga e Facilitadora de Processos Sílvia Silva, via plataforma Zoom. A oficina serviu como um espaço de encontro vivo em que o aprendizado se deu de forma participativa, com trocas ativas entre as (os) participantes. Foi um momento importante de troca, acolhimento e vontade de lutar, em conjunto, pela equidade racial na nossa Instituição! O GT COOPERA tem por objetivo ampliar a participação dos/as profissionais da Defensoria Pública, em todos os níveis hierárquicos e funções, na formulação, execução e monitoramento das políticas de enfrentamento ao racismo institucional na DPRJ, bem como das políticas antirracistas de acesso à justiça a serem colocadas em prática no cotidiano da DPRJ.

Seminário Encruzilhadas do Sistema de Justiça

No dia 11/03/22, a Defensoria Pública do Rio sediou o Seminário Encruzilhadas do Sistema de Justiça, fruto de sua parceria com o Projeto de Pesquisa e Extensão Encruzilhadas: Diálogos Antirracistas, da Escola de Serviço Social da UFRJ. O evento fez parte da agenda oficial da 6ª edição da Campanha “21 Dias de Ativismo Contra o Racismo” e também estava relacionado com o Dia Internacional da Mulher. Os debates envolveram a interseccionalidade de gênero, raça e classe, com a participação de representantes da sociedade civil, de universidades e de defensoras públicas. A abertura do evento contou com a participação da 2ª Subdefensora Pública-Geral, Paloma Araújo Lamego; da Presidenta da ADPERJ, Juliana Lintz; da Coordenadora do Projeto Encruzilhadas, Rachel Gouveia; e das Coordenadoras da COOPERA e da COMULHER, Daniele Silva e Flávia Nascimento. Durante o evento também houve intervenções poéticas e militantes da escritora Luciene Nascimento. Para assistir o evento clique [aqui](#) (parte 1) e [aqui](#) (parte 2). Confira mais detalhes do evento [aqui](#)!



Defensorias pedem providências contra preferência na hora da adoção



A Defensoria Pública do Rio de Janeiro, por intermédio da Coordenação de Promoção da Equidade Racial e da Coordenação de Infância e Juventude, em ação conjunta com a Defensoria Pública da Bahia, pediu providências ao CNJ para que removesse do cadastro Nacional de Adoção o campo do formulário “preferência étnica”. A medida seria uma forma de reduzir o racismo no sistema nacional de adoção e impedir que crianças e adolescentes negras (os) deixem de ser adotadas (os). A petição foi protocolada nesta segunda-feira, 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A petição indica que a preferência de raça pode ser qualificada como racismo institucional por parte do Estado. Outro pedido feito pelas duas Defensorias ao CNJ é para que os cursos preparatórios à adoção envolvam, necessariamente, discussões a respeito do racismo e tenham capacitações para educar as (os) adotantes em relações étnico-raciais. Leia mais [aqui](#) sobre essa importante ação! Veja [aqui](#) a

petição!

Edital do Cejur ofereceu 20 vagas para Curso de Especialização em Relações Étnico-raciais e Gênero, com vagas destinadas a pessoas negras e indígenas e com deficiência.

O Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) em parceria com a Coordenação de Promoção da Equidade Racial (COOPERA) e o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência – NUPED, lançou edital para realização de processo para inscrição e concessão de 20 (vinte) vagas para defensoras e defensores, servidoras e servidores da Defensoria Pública participarem do Curso de Especialização em Relações Étnico-raciais e Gênero: Ferramentas Teórico e Práticas em Perspectivas Emancipatórias e Teoria Crítica do Direito, promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da Uerj – CEPED. Como política afirmativa de promoção da equidade racial e de inclusão de pessoas com deficiência, foram reservadas 40% das vagas, de cada categoria, às pessoas negras ou indígenas que tenham assim se autodeclarado no cadastramento funcional e 10% das vagas, de cada categoria, às pessoas com deficiência. O curso terá duração de 18 meses e tem como objetivo conferir uma alta compreensão sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Brasil, buscando possibilitar que os temas abordados sirvam de base para interpretação dessas relações, contribuindo para a implementação de práticas e políticas que considerem o enfrentamento ao racismo e ao sexismo em todas as suas ações. Confira mais detalhes [aqui!](#)



Cartilha raça/cor

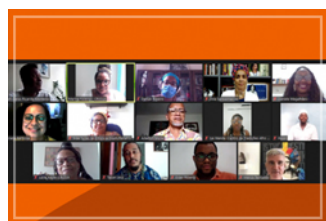


A Defensoria Pública do Rio de Janeiro tem buscado desenvolver ações de enfrentamento ao racismo institucional. Refletindo sobre essa questão, a COOPERA percebeu a importância de traçar diretrizes, orientações aos servidores da Instituição no que tange ao preenchimento do quesito raça/cor dos/as usuários/as da Defensoria. A partir disso, foi elaborada uma cartilha denominada “Diretrizes Para Preencher o Quesito Raça/cor nos Sistemas da Defensoria Pública” que tem por objetivo orientar a coleta da informação com base na autodeclaração do/a usuário/a da DPRJ. O preenchimento adequado do quesito auxiliará a Defensoria, de maneira mais efetiva, a diagnosticar a realidade, as violações e necessidades de cada grupo étnico-racial, contribuindo para a superação das desigualdades decorrentes de vieses inconscientes e

implícitos. Confira [aqui](#) a cartilha raça/cor.



Formação do Conselho Consultivo de Ações de Combate ao Racismo Religioso



De iniciativa da ONG Criola, Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFARO, Ilê Axé Omiojuaro, Ilê Axé Omi Ogun Siwajú, Ilê Omolu e Oxum, foi criado o Conselho Consultivo de Ações de Combate ao Racismo Religioso. A iniciativa tem o apoio do Instituto Raça e Igualdade, organização internacional de direitos humanos Composto por 13 integrantes dos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, o Conselho vai orientar e sugerir caminhos na condução de projetos e iniciativas brasileiras voltadas à promoção do respeito e redução do preconceito em relação às religiões de matriz africana. Entre as ações previstas, estão o fortalecimento dos Terreiros e suas lideranças; a articulação das organizações públicas para a defesa e garantia de seus direitos; o monitoramento e orientação às vítimas e encaminhamento de denúncias a organismos

internacionais, como ONU e Organização dos Estados Americanos (OEA). A Defensora Pública Daniele da Silva de Magalhães do NUCORA faz parte do Conselho. Acesse a notícia completa no site de Criola clicando [aqui!](#)

Curso "A Liberdade de Religião ou Crença na Realização da Justiça"

Nos dias 21 e 22 de março de 2022, foi ministrado o curso "A Liberdade de Religião ou Crença na Realização da Justiça", presencialmente, no Rio de Janeiro. O curso destinou-se à capacitação de integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, defensoras (es), advogadas (os) e de outras (os) servidoras (es) e profissionais atuantes no sistema de justiça em todo o território nacional. A Defensora Pública Daniele da Silva de Magalhães participou do curso como representante da COOPERA e do NUCORA! A capacitação teve por objetivo fortalecer as habilidades e competências de suas (seus) participantes para a melhor proteção e promoção da liberdade de religião ou crença no contexto da realização da justiça. Veja mais informações [aqui!](#)



Seminário Diversidade e Equidade no Setor de TI no Brasil



No dia 11/03/22 aconteceu o Seminário Diversidade e Equidade no Setor de TI no Brasil, que teve como objetivo debater o papel da diversidade como forma de promover a inclusão digital, não só de quem usa, mas na perspectiva de quem produz tecnologia. A partir do diálogo entre empresas ligadas ao setor de TI e iniciativas que promovem ações para igualdade e diversidade, o objetivo girou em torno de identificar elementos que as motivaram, desafios para implementação, e os resultados encontrados. Leia mais sobre o seminário [aqui](#) e você pode assistir todo o evento [aqui](#)!



ESPECIAL RACISMO AMBIENTAL

Artigo "As Diversas Facetas do Racismo Ambiental", por Viviane Tardelli



Viviane Tardelli, defensora pública do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora de regularização fundiária e segurança da posse (NUTH), escreveu um interessante artigo chamado "As Diversas Facetas do Racismo Ambiental: A Violação do Direito à Moradia e ao Meio Ambiente Equilibrado". O trabalho pretende correlacionar a ausência de equipamentos sociais, a violação ao direito à moradia e ao meio ambiente equilibrado à questão racial, apontando elementos que reforçam a existência de racismo ambiental no Brasil e como a postura do Estado reforça esse quadro pela falta de políticas públicas em busca de justiça ambiental. Confira [aqui](#) o artigo!

Deputada Mônica Francisco articula Frente pela Justiça Climática e contra o Racismo Ambiental no Rio de Janeiro

A deputada pelo PSOL Mônica Francisco protocolou no dia 17 de fevereiro de 2022, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a criação da Frente Parlamentar pela Justiça Climática e contra o Racismo Ambiental e o Projeto de Lei 5440/2022 que declara as emergências climáticas e o combate ao racismo ambiental no contexto do Estado do Rio de Janeiro. A frente parlamentar e o PL têm como foco o combate ao racismo ambiental, fundamental para que se possa garantir justiça climática à população mais vulnerável, em especial às pessoas pobres e negras que são as mais atingidas pelas tragédias como a ocorrida em Petrópolis. Leia [aqui](#) mais detalhes sobre a frente parlamentar e o projeto de lei!



ESPECIAL AÇÕES AFIRMATIVAS

Carta da Bahia: Defensorias estaduais do Brasil selam compromisso pelo avanço da política afirmativa de cotas raciais



No dia 16/02/22, as Defensorias Públicas Estaduais do Brasil, entre elas a DPRJ, assinaram uma carta estabelecendo o compromisso de implementar a política afirmativa de cotas para grupos socialmente vulnerabilizados, especialmente pessoas negras, indígenas e quilombolas, em todos os concursos e processos seletivos institucionais que realizarem. O importante compromisso foi selado durante o 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias Públicas: por uma sociedade antirracista, promovido pela Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA), em Salvador. O documento, batizado de Carta da Bahia, observa que a política afirmativa de cotas encontra previsão no Estatuto da Igualdade Racial, na Lei federal nº 12.990/2014, entre outros marcos legais, e que a implementação da ação afirmativa é medida que vem ao encontro da missão constitucional das Defensorias. Confira mais detalhes sobre o evento [aqui](#)! Veja [aqui](#) a Carta da Bahia na íntegra!

Artigo aborda a luta das Defensorias Públicas do Brasil pelo aperfeiçoamento e expansão das políticas de ações afirmativas

Ainda dentro da pauta da luta pela expansão das políticas de ações afirmativas, foi publicado na Carta Capital um interessante texto de Denize Souza Leite, Defensora Pública do Estado do Tocantins, membra da Comissão da Igualdade Étnico-Racial da ANADEP, sobre a luta das Defensorias Públicas do Brasil na concretização das ações afirmativas. Este ano, a discussão ganha maior destaque no cenário nacional, em decorrência do decurso do prazo de 10 anos da promulgação da Lei Federal nº 12.711/2012, que estabelece a política de cotas para ingresso nas universidades e instituições federais de ensino. Confira [aqui](#) o texto.



IPEA publica Boletim de Análise Político-Institucional - Implementação de Ações Afirmativas para Negros e Negras no Serviço Público: desafios e perspectivas



Foi lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) o “Boletim de Análise Político-Institucional - Implementação de Ações Afirmativas para Negros e Negras no Serviço Público: desafios e perspectivas” que tem como objeto a implementação de ações afirmativas para pessoas negras no serviço público, buscando realçar desafios e perspectivas para essas ações no contexto em que se aproxima o fim da vigência inicial da Lei no 12.990/2014, que estabeleceu a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos federais. O boletim está super interessante, confira [aqui](#)!



JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE

Condenação de supermercado ao pagamento indenização por danos morais à família de criança negra

Em acórdão prolatado nos autos da Apelação Cível (processo nº 0050308-47.2019.8.19.0203), a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com relatoria da Desembargadora Andrea Maciel Pachá, condenou por unanimidade, uma rede de supermercado ao pagamento de indenização de R\$ 30.000,00 (trinta mil) por danos morais à família da criança negra de 10 anos que foi submetida a intenso sofrimento físico e psicológico, por um segurança do Réu. Na decisão, a Relatora alerta: ***“Para enfrentar essa chaga que nos envergonha e nos diminui em humanidade, precisamos, antes de mais nada, deixá-la visível e adotar, institucionalmente, práticas antirracistas para reduzir os danos, respeitando a intensidade da dor que o preconceito produz. (...) O racismo que nos estrutura deve ser enfrentado também na perspectiva da reparação, a fim de que a prática do preconceito não se naturalize, nem se perpetue.”*** Leia [aqui](#) o acórdão na íntegra!



INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

“A cor de Coraline” de Alexandre Rampazo



Finalista do Prêmio Jabuti 2018 na categoria Infantil e Juvenil Coleção Orgulho de ser eu (desde pequenx) Coraline, uma menina de 12 anos, a partir da pergunta de Pedrinho que achou difícil: “me empresta o lápis cor de pele?” começa uma aventura em que se indaga qual seria a cor da pele. Ela olhou todas as cores de sua caixa de lápis e descobriu maravilhada que cada cor de pele é bonita, cada cor tem uma razão, cada cor significa uma pessoa, um jeito de ser. De cor em cor, ela percebeu que não importa o tom de pele, todos são iguais. E então também soube que linda é a cor de sua pele. Desse jeito bonito e simples, o escritor mostra a diversidade e a unidade deste mundo. A beleza é a multiplicidade.

Programa de Educação Continuada

Atenção aos cursos em matéria de Promoção da Equidade Racial que estão disponíveis em nossa plataforma para todas as pessoas que integram a DPRJ. Acesse pelos links indicados abaixo. E para conferir todo o conteúdo da plataforma clique em www.pec.defensoria.rj.def.br.



Curso Formação em relações étnico-raciais: o curso, composto por 4 aulas, ministrado pela professora Ana Carolina Mattoso, mestre e doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional, ajudará a compreender melhor como funcionam as dinâmicas raciais e como o racismo se opera. Participe! Para se inscrever, clique [aqui](#).



Capacitação Verde - Preenchimento do quesito raça/cor: temos uma capacitação de apenas 1 hora, com a defensora pública Lívia Casseres, à época Coordenadora da COOPERA, sobre importantes diretrizes para o preenchimento do quesito raça/cor. Inscreva-se [aqui](#).



Capacitação - atendimento com atenção às questões raciais: no dia 16/04/21, a Coordenadora da COOPERA, defensora pública Daniele Silva, ministrou uma aula orientando como deve ser o atendimento aos/às usuários/as da DPRJ com atenção às questões raciais.

A aula faz parte de uma capacitação voltada ao atendimento a grupos vulneráveis. Para se inscrever, clique [aqui](#)



ESPAÇO CULTURAL

STRONG ISLAND (NETFLIX, 2017)



Neste documentário indicado ao Oscar, que consta da plataforma Netflix, Yance Ford, cineasta transexual, relembra e analisa a morte violenta do irmão de 24 anos e o sistema judicial que permitiu que o homem branco responsável pelo homicídio permanecesse livre. O cineasta questiona o medo assassino e reflete sobre percepção racializada, preconceito, tristeza, raiva e impunidade. Vale a pena conferir! **Elenco:** Yance Ford, Harvey Walker, Kevin Myers, Barbara Dunmore Ford, Lauren Ford, David Breen, Ed Boyar.

"CIRCUITO DE HERANÇA AFRICANA"

O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) realiza o circuito histórico da região conhecida como "Pequena África", na zona portuária do Rio de Janeiro. A visita acompanhada por guias voluntários, com certificação oficial no Cadastur, região da Gamboa, é conhecida como "Circuito de Herança Africana" e tem o propósito de divulgar a história da população negra que passou por essa parte da cidade. O trajeto possui cerca de dois quilômetros e é percorrido, em média, em duas horas. Para mais informações, acesse o site do IPN <https://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>



Colabore com o "CEJUR + COORDENAÇÕES TEMÁTICAS"

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para secjur@defensoria.rj.def.br

Muito importante sua participação!

